

**ELETOBRAS /** Modelo de venda aprovado pelo Conselho do PPI permitirá que trabalhador use recursos do fundo para comprar papéis da companhia. Privatização, prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2022, ainda depende de aval do TCU

# FGTS na compra de ações

» CRISTIANE NOBERTO

O conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) aprovou ontem o modelo de desestatização da Eletrobrás. Uma das novidades é que os trabalhadores poderão usar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para comprar ações da companhia, no processo de capitalização que passará a empresa para controle privado. A aplicação será feita por meio de fundos mútuos de privatização, à semelhança do que ocorreu na privatização da Vale.

De acordo com resolução do PPI, poderão ser usados até R\$ 6 bilhões do FGTS com essa finalidade, e cada trabalhador terá direito de usar até 50% do saldo da conta no fundo. Além disso, qualquer pessoa física poderá adquirir diretamente as ações da estatal, num valor mínimo de R\$ 1.000. Empregados e aposentados da Eletrobrás e de suas subsidi-

diárias terão prioridade para comprar um volume de até 10% do total das ações ofertadas.

Além de definir o modelo e os valores de oferta inicial, o colegiado incluiu mecanismos no Estatuto Social da Eletrobrás para incentivar a pulverização acionária e impedir o exercício de poder de controle por um único acionista ou grupo de acionistas. O plano de privatização não incluiu a Itaipu Binacional e a Eletronuclear, que permanecerão em posse da União, conforme determina a Constituição Federal.

A intenção do governo é transformar a companhia em uma corporação, sem controlador definido. De acordo com o secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, a privatização será a maior da história do país.

Segundo o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, a desestatização irá gerar mais de 27 mil

Ronaldo de Oliveira/CB/D.A Press - 19/1/15



Maior empresa de energia elétrica da América Latina será transformada em corporação, sem controle definido

empregos. “Estamos seguros de que entregamos um bom trabalho para o governo, estamos convencidos que essa é a melhor so-

lução para a Eletrobrás e para o cidadão brasileiro”, disse.

De acordo com Montezano, a oferta inicial de ações se-

rá de R\$ 23,2 bilhões. Caso haja uma segunda emissão, o valor será definido de forma a que a participação remanescente da

União na empresa fique em 45% do capital.

A desestatização da maior empresa de energia da América Latina já foi aprovada pelo Congresso e está prevista para acontecer no primeiro trimestre de 2022. “Estamos 100% dentro do cronograma”, disse Mac Cord. No entanto, embora tenha sido aprovada pelo conselho do PPI, a modelagem definida pelo BNDES ainda precisa do aval do Tribunal de Contas da União (TCU).

Durante a tramitação no Congresso, o projeto de venda da estatal sofreu inúmeras emendas, muitas delas estabelecendo obrigações para a nova companhia que, segundo especialistas, poderiam acarretar aumento das tarifas de energia. Para Montezano, porém, isso não vai ocorrer. “Não haverá aumento nem diminuição (das tarifas)”, disse. Além disso, segundo ele, a privatização deve aumentar a capacidade de investimento da companhia, para R\$ 12 bilhões por ano.

## CONGRESSO

### Precatórios: à espera de acordo

» FERNANDA FERNANDES

A Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição dos Precatórios (PEC 23/2021) já estava com tudo pronto para votar o parecer final do relator Hugo Motta (Republicanos-PB), ontem, quando a deliberação precisou ser adiada novamente. Dessa vez, não a pedido dos parlamenta-

res, que em 7 de agosto haviam solicitado mais prazo para apreciar a matéria, mas a pedido do deputado Diego Andrade (PSD-MG), presidente da comissão. Ele adiou a sessão para hoje para que o relator, Hugo Motta (Republicanos-PB), fizesse alterações finais no texto.

Um dos motivos do adiamento seria a necessidade de aguardar a decisão do presidente Jair Bolsonaro sobre o Auxílio Brasil,

especialmente após a informação de que o valor médio dos benefícios do programa seria de R\$ 400, e não mais de R\$ 300 como anunciado anteriormente. Nesse caso, Motta precisaria incluir no texto autorização de mais R\$ 30 bilhões em despesas, fora da regra do teto de gastos.

O parecer do relator propõe a criação de um teto para os precatórios, com um limite de R\$ 40 bilhões para pagamento das divi-

das judiciais da União no ano que vem, calculado com base no valor cobrado em 2016 (quando foi criado o teto de gastos públicos), corrigido pela inflação. O texto propõe, ainda, que o restante da dívida acumulada, cerca de R\$ 50 bilhões (remanescentes do total de R\$ 89,1 bilhões para 2022), seja postergado para 2023.

Para o relator do programa Auxílio Brasil, deputado federal Marcelo Aro (PP/MG), a medida não é “saudável”, uma vez que tem prazo de validade e poderá trazer problemas ainda maiores no futuro. “Na minha opinião, es-

ses 50 bilhões são temporais, porque tem data para terminar, e a data seria dezembro de 2022. Estaríamos discutindo uma política pública com data final”, criticou.

Camila Abdelmalack, economista chefe da Veedha Investimentos, concorda com o relator. “A questão é que a gente tem que endereçar a situação das contas públicas como um todo, e não como paliativo. Não adianta aliviar a situação em um ano e acumular um estoque de dívidas para anos subsequentes. Isso não traz segurança econômica”, afirmou.

### » Senado aprova vale-gás

O Senado aprovou, ontem, a criação de um vale-gás para bancar metade do preço do gás de cozinha a famílias de baixa renda por cinco anos. De acordo com a proposta, quem estiver inscrito nos programas sociais do governo terá direito a um subsídio de, no mínimo, 50% do valor do botijão de 13 quilos. A proposta havia sido aprovada na Câmara e dependerá, agora, de uma nova votação entre os deputados, pois houve mudanças.

## ESCOLHER O MELHOR COLÉGIO NÃO É UMA TAREFA FÁCIL.

O próximo ano letivo será de grandes desafios, entre eles, escolher de forma assertiva onde os filhos irão estudar. Para ajudar nessa importante decisão, o **Correio** traz o tradicional projeto **Escolha a escola do seu filho**, que auxilia pais e familiares a definirem qual instituição de ensino corresponde à realidade de cada aluno no processo de aprendizagem.

Acompanhe lives com especialistas, websérie Por dentro da escola, dicas e conteúdos importantes sobre os avanços da educação no país, abordando, principalmente, o cenário das escolas do Distrito Federal.

O **Caderno Especial** será publicado no **Correio**, dia 24 de outubro.

Confira as lives, acesse: [correio braziliense.com.br/escolhaaescola](http://correio braziliense.com.br/escolhaaescola) ou escaneie o QR Code.



## Escolha a ESCOLA DO SEU FILHO



🐦 @correio 📘 /correio.braziliense 📺 Correio Braziliense 📷 @correio.braziliense

Patrocínio:



Apoio:



Realização:

